

Desemprego, trabalho precário e des-cidadanização na Zona Franca de Manaus



Elenise Faria Scherer¹

Resumo

O propósito deste artigo é trazer para o debate político e acadêmico a questão do desemprego, do trabalho precário e da *descidadanização* na Zona Franca de Manaus, tendo como referência a pesquisa realizada no período de 1999-2000, junto aos trabalhadores egressos das indústrias do Distrito Industrial. O resultado da pesquisa mostra que as transformações ocorridas no processo produtivo provocaram desemprego e os trabalhadores amazonenses desempregados foram obrigados a engajar-se nos mais diversos tipos de trabalho precário. Mostra ainda que essa grave questão social não é apenas local, mas deve ser entendida como uma expressão do capitalismo contemporâneo na sua fase mundializada.

Palavras-chave

Desemprego; trabalho precário; reestruturação da produção; exclusão social e cidadania.

¹ Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: elenise@internext.com.br

Abstract

The objective of this article is to bring to the political and academic debate, the questions of unemployment, precarious job and lack of citizen rights in the Manaus Free Zone, having as a reference the research made in the years 1999-2000, on workers fired from industries of the Industrial District. The results of the research show that the transformations on the production process was responsible for the unemployment, and that the unemployed workers were forced to accept many kinds of precarious works. It shows also that this serious social problem is not a local problem, but a local expression of the modern capitalism in his worldwide fase.

Keywords

Unemployment; precarious work; production restructuring; social exclusion; citizenship.

Introdução

A onda de desemprego e de trabalho precário que se expande na Zona Franca de Manaus pode ser imputada às transformações da estrutura produtiva deste modelo industrial e da crise econômica que assola o país desde dos primeiros anos da década de 90.² Tais processos sociais devem ser compreendidos e analisados não somente pelas similitudes intrínsecas às sociedades contemporâneas avançadas quando o desemprego estrutural chegou a um patamar de quase 28,5 milhões de trabalhadores em 1999 segundo os dados apresentados por Pochmann (2001, p. 86), mas, também, pela particularidade de uma estratégia capitalista originada nos anos 60 e 70 do século 20 com vista à expansão do capital em escala

² Cf. POCHMANN, Márcio. *Mercado de Trabalho e Gestão da Mão-de-Obra na Zona Franca de Manaus*. Campinas: SUFRAMA/FECAMP/UNICAMP, 1996; NOGUEIRA, Marinez. *Reestruturação Produtiva: um olhar sobre a Zona Franca de Manaus*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998 e VALLE, Maria Isabel M. *Globalização e Reestruturação Produtiva*. Um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UFRI, 2000.

mundial. Nesses termos, entre tantos outros modelos de Zona Franca espalhados no mundo capitalista,³ a Zona Franca de Manaus constitui-se apenas uma expressão local do capitalismo contemporâneo em sua fase mundializada, em que a lógica das transformações globais vem sendo impulsionada pelas inovações tecnológicas e organizacionais na esfera da produção.

A Zona Franca de Manaus é produto de inúmeras combinações sociais pois trata-se de um modelo de produção industrial que tenciona criar maior liberdade à expansão do capital no processo de mundialização da economia nos marcos da nova divisão internacional do trabalho. Faz parte, portanto, dos processos de internacionalização da produção capitalista que foram criados em face das necessidades inerentes à lógica de *um mercado mundial cada vez mais intenso* desde a origem deste modo de produção.

O Estado Nacional brasileiro adotou essa forma de enclave, segundo o discurso oficial por razões geopolíticas com intenções de ocupar os *espaços vazios* e de desenvolvimento regional. Essa versão da história que impregnou o imaginário social, na realidade, se fundamenta por uma diversidade de tributos ofertados pelos países-sede para impulsionar um modelo industrial que materializa uma estratégia econômica no processo de mundialização do capital.

As normas traçadas pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – ONUDI exigiam que o Estado Nacional oferecesse inúmeros tributos para estruturar o Distrito Industrial na cidade de Manaus. E, ainda, que fosse assegurada a governabilidade, capaz de possibilitar a estabilidade política necessária à plena atividade dos negócios, sobretudo, criando as condições gerais da produção capitalista, em especial, uma superpopulação relativa que atendesse às exigências médias do capital e seu exército industrial de reserva constituída por uma leva de *caboclos* que migraram da zona rural amazonense, sem nenhuma qualificação e organização política.

A Zona Franca de Manaus, em seus *anos dourados* (1970-1980), absorveu um número expressivo de trabalhadores em seu parque industrial, mas deixou de

³ Segundo a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – ONUDI, na metade da década de 70 os modelos de Zonas Francas já se encontravam espalhados pelos países do Terceiro Mundo.

fora outros tantos, que foram obrigados a inserir-se no trabalho informal.⁴ Isto significa dizer que o desemprego e o trabalho precário não se constituem numa novidade histórica assim como sua interface com a exclusão.

Entretanto, os anos 90, com o esgotamento do pacto desenvolvimentista e com a reestruturação do capitalismo brasileiro à economia global, ocorreu uma retração no emprego formal, bem como ampliou o desemprego e o subproletariado no mercado de trabalho informal. A Zona Franca de Manaus, neste contexto, é profundamente afetada, sobretudo pela política de liberação comercial para o exterior e pelos limites de importação de insumos impostos pelo governo Collor de Mello.

Este trabalho se propõe de forma sumária⁵ trazer para o debate a dimensão perversa deste modelo capitalista, num lugar da Amazônia configurado pelo desemprego e pelo trabalho precário que afeta de forma dramática o mercado de trabalho amazonense. A intenção é mostrar que a onda de desemprego obrigou inúmeros trabalhadores a engajarem-se no mercado informal, reinventando novas formas de sobrevivência e de trabalho precário, em decorrência da introdução das novas tecnologias no chão das fábricas do Distrito Industrial. Além disso, deixa claro, também, que a perda do contrato de trabalho, cuja materialidade é a carteira assinada significa a perda dos direitos sociais. As manifestações dos trabalhadores entrevistados estão presentes no trabalho nas falas de ex-operadores e ex-operadoras das que, hoje, se encontram fora das fábricas do Distrito Industrial.

A crise mundial, as transformações no mundo do trabalho e o fenômeno do desemprego na Zona Franca de Manaus

O capitalismo global nos anos 70 traçou por meio da ONUDI que as estratégias de desenvolvimento do capital, conhecidas por Zonas de Livre Comércio

⁴ Há um consenso entre os pesquisadores da dificuldade em definir o mercado informal de trabalho pela sua complexidade. Ele engloba diversas categorias de trabalhadores com inserções particulares. Neste trabalho estamos nos referindo ao trabalho por conta própria, sem carteira assinada, autônomos, donos de pequenos negócios familiares, com ganhos baixos e incertos. Cf. VVAA. Mapa do Trabalho Informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: CUT/Editora Perseu Abramo, 2000. Ver ainda: CACCIAMALI, M.C. Globalização, informalidade e mercado de trabalho. In: Anais de XXVIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, Belém, 1999.

⁵ Resumo do Relatório de Pesquisa *Os excluídos da produção enxuta na Zona Franca de Manaus*. Manaus: Universidade do Amazonas/CNPq, 2001, de nossa autoria.

ou Zonas de Livre Produção, deveriam ser subsidiadas com forte protecionismo estatal por parte dos países hospedeiros. A consolidação da Zona Franca de Manaus teve como suporte um conjunto de benefícios fiscais e creditícios, uma enorme infra-estrutura urbana para a criação do Distrito Industrial e, sobretudo, a mercadoria trabalho nos termos de Polanyi (1980) composta pelas levas de *caboclos* (ribeirinhos, agricultores, castanheiros, seringueiros) que migraram do mundo rural amazonense. Estavam, pois, dadas as condições necessárias a uma nova racionalidade do capital num lugar da Amazônia.

A modernização capitalista chega, portanto, ao espaço regional afetando todas as esferas da vida social amazonense. Manaus deixou para trás a cidade porto de lenha e seu velho passado extrativista. Modificam-se as relações de produção e as forças produtivas se desenvolvem. Formam e redefinem-se novas classes sociais e novas formas de sociabilidade configuram-se na nova dinâmica do capital na região. Um novo proletariado urbano majoritariamente composto por trabalhadores que migram do mundo rural dá uma outra configuração à cidade de Manaus, que se torna a *cidade para o capital*. As contradições da nova ordem capitalista engendram um caos urbano em que a riqueza e a pobreza justapõem-se numa estranha mistura como dizia Lefebvre de *caos e ordem* (1999, p. 19).

A magnitude das transformações aqui ocorridas está articulada às necessidades de expansão da economia internacional, define uma nova racionalidade e a precedência do lucro em todos os níveis da vida social amazonense e conformam a natureza intrinsecamente excludente do modelo industrial ZFM. As indústrias sediadas no Distrito Industrial incorporam no seu processo produtivo um número expressivo de trabalhadores desqualificados, jovens, dóceis, predominantemente do sexo feminino de acordo com a exigência do processo produtivo na época.⁶ Mas deixou de fora uma população trabalhadora supérflua, não incorporada: *as necessidades médias da expansão do capital* (MARX, 1975, p. 485). Os postos de trabalhos criados não foram suficientes para incluir a demanda de trabalhadores e as conseqüências mais visíveis foram o desemprego e o crescimento do setor informal.

⁶ Cf. MOURA, Edila et al. A utilização do trabalho feminino nas indústrias de Belém e Manaus. *Série Seminários e Debates*, n. 10, Belém, NAEA/UFGA, 1986.

Na década de 70 e 80, os *anos dourados* da ZFM, a montagem dos produtos eletroeletrônicos absorveu um número expressivo de trabalhadores. O processo produtivo nas indústrias do pólo eletroeletrônico⁷ pode ser definido pelo que se poderia chamar de fordismo periférico (LIPIETZ, 1996) em que grande parte da produção era montada de forma manual e congregava um contingente significativo de trabalhadores. Nesse tempo histórico o parque industrial da ZFM chegou a concentrar cerca de quase 90.000 trabalhadores (SUFRAMA, 2000).

No *boom* da ZFM, a cidade de Manaus contava com taxas de crescimento ocupacional nas indústrias em escala ascendente, a tal ponto que o emprego industrial superou as taxas de crescimento do emprego no comércio e nos serviços (NOGUEIRA, 1998, p. 96). Desse modo, a ocupação/emprego industrial foi crescente, apesar de uma relativa queda em 1985 em decorrência da recessão da economia brasileira nos anos 80.

Apesar da chamada *década perdida* brasileira, a Zona Franca de Manaus continuou crescendo, congregando cada vez mais trabalhadores, portanto, um novo proletariado se punha no cenário político da sociedade local. Márcio Pochmann mostra, com bases nos dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, em 1985 “não somente o emprego industrial recuperou seu dinamismo como também deve ter aumentado sua participação relativa no emprego total, já que nesses quatro anos cresceu cerca de 39,5%” (1996, p. 9). Destaque-se que até 1989 o parque industrial absorvia 75.926 trabalhadores.

A reestruturação do capitalismo em escala mundial e o esgotamento do pacto desenvolvimentista nos anos 90 forçaram uma nova re-inserção do Brasil ao capitalismo global que já vinha sendo sinalizado nos finais do governo Sarney. Nesse âmbito, o empresariado nacional, diante da concorrência internacional acirrada, passa a adotar um novo paradigma produtivo no parque industrial brasileiro.

Nesse sentido, o impacto do chamado ajuste neoliberal, ou seja, o programa de liberação comercial exterior via redução de tarifas de importação sobre as indústrias da ZFM, tornou-se mais intenso que o impacto sofrido pela indústria

⁷ O maior pólo industrial entre os 22 pólos existentes no parque industrial da Zona Franca de Manaus.

brasileira. De acordo com o estudo de Marinez Nogueira, a ZFM experimenta sua crise em face da proposta do governo em reduzir a margem concedida à região para importação de insumos e para a venda de bens finais no mercado nacional retraído (1998, p. 110).

Para Pochmann, a política de abertura comercial implicou uma maior exposição à concorrência dos produtos da ZFM frente aos similares importados no mercado nacional. Somando estes fatores à recessão dos primeiros anos da década de 90 (contração do mercado regional e nacional), pode-se vislumbrar a crise ocorrida no início da década de 90 no pólo industrial de Manaus.

Pode-se observar que os trabalhadores inseridos no processo produtivo totalizavam em 1989 cerca de 75.926 e, em 1990, aproximou-se de 76.798 trabalhadores. Particularmente, o pólo eletroeletrônico – o maior dos 22 pólos existentes na ZFM, admitia no chão da fábrica, em 1989, 38.048; em 1990, 45.283. Entretanto, em 1993, no momento de sua pior crise decorrente da recessão econômica experimentada no governo Collor de Mello, este pólo absorveu somente 18.983 trabalhadores (SUFRAMA, 2000).

A partir dos anos 90, percebe-se um decréscimo do emprego nas indústrias do ZFM. Em 1991, o processo produtivo contava com 58.875 trabalhadores; em 1996, cinco anos após, com 48.090 e encerrou o último ano do milênio com 39.652 empregos no Distrito Industrial. Isto significa dizer que na década de 90, a Zona Franca de Manaus excluiu do processo produtivo 37.146 trabalhadores, ou seja, uma média de 3.740 por ano (SUFRAMA, 2000).

As informações mais recentes da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA mostram que nos dois últimos anos do final do milênio (1999-2000) as taxas de emprego no DI, em 1999, foram de 39.652 na totalidade das indústrias da Zona Franca de Manaus. No ano 2000 houve acréscimo na contratação de trabalhadores, chegando a 44.519 e foram inseridos no processo produtivo 4.867 trabalhadores. Pode-se observar, entretanto, que apesar das taxas de emprego voltarem a crescer no último ano do século 20, elas não mais atingiram o patamar inicial da década de 90, ou seja, com 76.798 trabalhadores no chão da fábrica.

Como se sabe, o contrato mercantil no Brasil sempre foi historicamente manco, mas a estrutura ocupacional brasileira, bem ou mal, permitiu durante décadas a integração de amplos contingentes de uma força de trabalho pouco ou nada qualificada. Atualmente a onda de desemprego que assola o país e sem perspectiva de retorno ao chão da fábrica, percebe-se uma quebra na estrutura ocupacional, interrompendo um ciclo histórico e de longa duração de mobilidade ocupacional e social. O contrato mercantil implode, que, como sabemos, nunca foi sólido e não se ampliou como norma de sociabilidade, num cenário marcado pela redefinição do Estado e pelos efeitos sociais decorrentes da globalização e da reestruturação produtiva em curso no país, enfim, pela *revolução silenciosa* da era Fernando Henrique Cardoso.

Entre outras palavras, a reestruturação produtiva em curso e os arranjos neoliberais em vigor, o efeito conjugado da crise econômica e da abertura comercial iniciada no governo Collor vão incidir sobre a histórica base salarial, obviamente, distante da *sociedade salarial* de que fala Robert Castel (2000, p. 201)⁸ ao descrever as dimensões societárias e políticas do chamado modo de regulação fordista nos países desenvolvidos, especialmente a França.

Na atualidade pode-se observar que a eliminação dos postos de trabalho seja no chão da fábrica, seja nos níveis intermediários, vem provocando processos de exclusão de grandes contingentes de trabalhadores amazonenses concentrados na periferia de Manaus. Além disso, as metamorfoses no chão das fábricas no parque industrial da Zona Franca de Manaus não se restringem à eliminação de empregos, mas dizem respeito à constituição de uma nova concepção sobre como produzir e, por conseguinte, afetam a composição e a qualificação da força de trabalho (VALLE, 2000, p. 231).

⁸ Para Castel, *uma sociedade salarial é uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais recebe não somente sua renda, mas também seu estatuto, seu reconhecimento, sua proteção social. A sociedade salarial promoveu, neste sentido, um tipo completamente novo de segurança: uma segurança relacionada ao trabalho, e não somente à propriedade.* CASTEL. *As metamorfoses da questão social.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 180.

A máquina de inserção automática e o desemprego

A partir dos anos 90, as indústrias da Zona Franca de Manaus, de forma diferenciada entre elas, passaram a adotar alguns princípios da fábrica enxuta disseminados pelos princípios do toyotismo de produção, ou seja, produção com menor custo de trabalho. Esse processo decorre da introdução de novas tecnologias e modificações na organização e nas mudanças da gestão da mão-de-obra, já analisados por Nogueira (1998) e Valle (2000). Pode-se dizer, portanto que as indústrias da Zona Franca de Manaus experimentam uma nova era configurada pelas “transformações no processo produtivo por meio das novas formas de acumulação flexível, do downsizing, da reengenharia, do lean production, da qualidade total” (ANTUNES, 2000, p. 135).

As empresas do Distrito Industrial, de acordo com a análise de Nogueira passam adotar o processo de automação nas linhas de montagem utilizando-se das *máquinas de inserção automática* que foram responsáveis pela redução brusca da força de trabalho, especialmente, às do pólo eletroeletrônico como vimos acima. A pesquisa da referida autora mostra que “cada máquina de inserção automática elimina em média 100 postos de trabalho com a vantagem de eliminação de erros e aumento da produtividade” (1998, p. 126). Anteriormente, a inserção de novas tecnologias no processo de produção de produtos eletroeletrônicos era feita manualmente pelos montadores e montadoras em número expressivo nas linhas de montagem. Entretanto, de acordo com as informações coletadas por Nogueira, a qualidade do produto não atendia às exigências da competitividade internacional. Com a adoção da *máquina de inserção automática* no chão da fábrica assegurou-se a rapidez e a segurança, uma vez que esta máquina é programada para tal. Essas máquinas, segundo o estudo da autora acima, produzem em uma hora o que antes uma linha de produção levava em média dois dias de trabalho. Além disso, elas garantem a possibilidade de não haver erros na inserção dos componentes (p. 106). Não se pode esquecer, todavia, que a redução da força de trabalho no DI deve-se ainda ao processo de terceirização das atividades de suporte da produção. Contata-se que as empresas, em geral, vêm externalizando os serviços de transporte, segurança, restaurante, limpeza e outros serviços.

No âmbito dessas transformações no processo produtivo, novas estratégias de captura da subjetividade operária são criadas com intenções de reconstruir um outro processo cognitivo materializado numa espécie de regimento interno que normatiza as condutas de todos os trabalhadores envolvidos na produção. Definem-se as funções, competências, habilidades e comportamentos. Essa captura da subjetividade operária adquire materialidade nas constantes reuniões, estímulos, prêmios em busca de motivar os trabalhadores a assumirem efetivamente a produção com controle de qualidade. Obtêm-se, portanto, o envolvimento dos trabalhadores por meio de várias estratégias de controle social quando são estimulados a cooperar com a lógica da valorização do capital.

Os trabalhadores excluídos do processo produtivo e engajados atualmente na informalidade trazem consigo as formas persuasivas e de captura de sua subjetividade no espaço fabril. Para eles, ainda que suas demissões tenham sido justificadas pela necessidade de redução de *quadro de pessoal*, percebem que o desemprego está relacionado com a introdução de novas tecnologias, portanto, das transformações no mundo da fábrica. Para um ex-montador, “o desemprego na Zona Franca é devido à inserção de novas máquinas. Por exemplo, agora é uma máquina e um só técnico faz o serviço. Antes era preciso pelo menos uns três técnicos para fazer o que hoje ela faz sozinha” (depoimento de ex-montador, 2000).

A racionalização da produção com intenções de diminuição dos custos é percebível pelos trabalhadores: “as máquinas aparecem de montão dentro das fábricas, aí o que ocorre, elas vão fazendo o serviço que antes a gente fazia. Elas fazem mais rápido, e por isso produzem mais. O dono da fábrica começa a lucrar mais rápido e manda a gente ir embora. Uma ex-montadora acrescenta: os robôs tomaram o nosso espaço. Nas reuniões eles diziam pra gente que robô não adoece, não reclama e não falta” (depoimento de um ex-montadora, 2000).

Por outro lado, ex-montadores e ex-montadoras reconhecem que dificilmente voltarão ao chão da fábrica, pois são considerados “velhos” para o capital. A idade por volta de 26 a 30 anos (30%) e 31 a 35 (27%), não lhes permitem retornar e, além disso, não são qualificados para a nova racionalidade do capital. Nos anos iniciais de instalação das fábricas da Zona Franca de Manaus admitia-se um trabalhador sem qualificação ou semiqualificado. Agora requer-se um trabalhador com um novo perfil: jovem, polivalente, multifuncional, consciente e responsável. A idade e o nível

de escolaridade são critérios decisivos no momento de contratação. A destreza manual perde importância e agora é cada vez mais exigida a capacidade de raciocínio abstrato, para operar as máquinas computadorizadas. O operário-massa do início da ZFM moldado à esteira de montagem, tende a perder relevância nos cenários das economias globais que vêm, desde a década de 70, procurando estabelecer um novo padrão de produção fabril mediante à adoção de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho (VALLE, 2000).

Na cidade de Manaus, ficar desempregado é de fato, um dilema complicado para os trabalhadores amazonenses, posto que o DI é o grande empregador. Perder o emprego nessa cidade possui para os trabalhadores uma significação muito mais grave do que perder o emprego no Sudeste do país, onde a economia e o próprio parque industrial podem oferecer possibilidades de recolocação dos empregados. Talvez, por isso, os trabalhadores mais jovens, embora admitindo que com a automação dificilmente voltarão às fábricas, peregrinam diariamente pelas largas avenidas do Distrito Industrial em busca de emprego. Outros, raramente por opção, ingressam no setor informal envolvendo-se nos mais diversos tipos de atividades e de trabalho precário.

Inventando o trabalho

Anterior a década de 90, no Brasil, o número de emprego gerado com carteira assinada era superior a 23% (1986-1990). A partir dessa década o emprego formal decresceu cerca de 28% (1991-1998), de acordo com as informações de Dupas (2000, p. 58). Isto supõe afirmar que nos últimos seis anos houve uma perda de 2,2 milhões de postos de trabalho no setor formal e um crescimento recorde de trabalhadores por conta própria que ingressaram na informalidade.

Na contemporaneidade brasileira, o setor informal da economia engloba em torno de 12,87 milhões de pessoas que correspondem a 25% da população trabalhadora ocupada no país, envolvidos na informalidade com rendimento médio em alguns casos de R\$ 240,00, especialmente na cidade de São Paulo. Os dados do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe – PREALC, da OIT, mostram que os trabalhadores na informalidade – sem falar do desemprego

aberto – chegam a 7 milhões de pessoas no Brasil contra 2 milhões no início da década.

Historicamente, o Brasil sempre conviveu com índices de desemprego e altos índices de informalidade. Nos últimos anos, porém, não só o governo reconheceu a gravidade do problema como culpabilizou a globalização e as novas tecnologias bem como faz, ainda, apologia à informalidade.⁹

Mesmos nos *anos dourados* (década de 70 e 80), como já foi visto, as indústrias não absorveram a demanda de trabalhadores em sua trajetória. A Zona Franca de Manaus conviveu com o desemprego e o trabalho informal obedecendo a lógica capitalista de incorporar as necessidades médias do capital. Entretanto, como vimos, até a década de 80, as taxas de crescimento ocupacional nas indústrias foram em escalas ascendentes. De acordo com Pochmann, “setor industrial não foi o mais dinâmico apenas na criação de empregos já que o valor da produção industrial cresceu mais rapidamente que o valor das outras atividades econômicas. A participação relativa da produção industrial do PIB do Estado do Amazonas salta de 15,4% em 1970 para 55,5% em 1985, indicando que a indústria não somente foi o setor mais dinâmico da economia, como também em seu movimento dinamiza outras atividades” (1996, p. 8).

A maioria dos trabalhadores da amostra era constituído de montadores ou montadoras nas fábricas do Distrito Industrial, sobretudo do pólo eletroeletrônico. Atualmente, 73% estão engajados no mercado informal. Eles possuem uma capacidade extraordinária de inventar cotidianamente o trabalho. As mulheres desenvolvem as mais diversas atividades, tais como corte e costura, peças íntimas femininas, fazem doces e salgados, lavam roupa para fora, vendem dindin (espécie de um gelado), produtos da Avon, jóias, lanches, churrasquinhos, peças de crochês e guardanapos que são vendidos nas feiras livres dos bairros. Observa-se ainda que algumas trabalhadoras saem para trabalhar deixando as responsabilidades domésticas com os maridos.

Os homens preferem abrir pequenos comércios em suas próprias residências, com o dinheiro recebido das demissões. Estes são os que menos

⁹ Ao eliminar as diferenças que caracterizam a informalidade, o presidente da República fez este comentário: *o informal não quer dizer o pior, do ponto de vista econômico. Os dados mostram que onde a renda mais cresceu foi no setor informal.* Revista Veja, 10.9.97, p. 25.

sofrem e reclamam, pois, bem ou mal, têm uma renda garantida cotidianamente, portanto, estão em melhores condições se comparados aos outros que estão inseridos diretamente na informalidade – freqüentemente montada em uma extraordinária improvisação – para mobilizar recursos, algum ganho sempre incerto e descontínuo no mercado informal. Outros aventuram na construção civil, mas sem nenhuma formalidade contratual. Esses subproletários têm em comum a precariedade e estão desprovidos das garantias de estabilidades associadas ao padrão convencional, isto é, a carteira assinada.¹⁰ Essa é uma característica comum em quase todos os nossos informantes: a vulnerabilidade, a insegurança na relação de trabalho e na percepção da renda. Em síntese, não há garantias de cobertura social. Em decorrência perdem substancialmente a sua cidadania. Na informalidade são maiores as dificuldades para eles se constituírem como sujeitos políticos.

Os trabalhadores engajados no setor informal, como os demais nas principais capitais brasileiras,¹¹ recorrem ao trabalho por conta própria, quase sempre por falta de alternativa e raramente por opção. Além disso, caracterizam-se por longas jornadas de trabalho, com ganhos incertos e variados. Em geral, ganham em média entre 1 a 2 salários mínimos em atividades que envolvem outros membros da família.

Ademais, o mercado informal é o desaguadouro de quase toda a força de trabalho que sai à procura de emprego, tentando ganhar a vida de qualquer jeito. Muitas vezes os trabalhadores desempregados desistem de procurar emprego no setor formal por falta de condições financeiras para custear o transporte, lanche, etc. Na informalidade caracterizam-se a um só tempo pela insegurança e aleatoriedade, mas, por outro lado, inauguram formas alternativas de sociabilidade. Contudo, a referência no imaginário social dos trabalhadores da amostra, continua sendo o desejo de voltar às fábricas do DI, e, portanto, ter o vínculo empregatício, expresso na carteira assinada, que lhes dá garantia aos direitos trabalhistas e previdenciários, assegurados por lei.

¹⁰ Dados do Ministério do Trabalho mostram que, em 1999, 35 milhões de trabalhadores encontram-se sem carteira assinada no Brasil.

¹¹ Cf. VVAA. *Mapa do Trabalho Informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo/CUT, 2000.

Sem emprego e privados dos direitos sociais

O contrato de trabalho cuja materialidade é a carteira assinada conforma na tradição brasileira os requisitos de sustentação da cidadania.¹² Ela define a existência civil e os modos de sociabilidade. Além disso, ela é aceitação tácita na sociedade brasileira como sinal de uma respeitabilidade e honestidade que redime o trabalhador do estigma da pobreza. Sem essa representação simbólica os trabalhadores estarão privados dos direitos sociais.

Nessa perspectiva, os trabalhadores da amostra têm ainda uma enorme expectativa de retornarem às fábricas do DI. Apesar de reconhecerem que as inovações tecnológicas vêm provocando o desemprego,¹³ eles ainda têm esperança de voltar ao chão da fábrica. Para alguns: *hoje em dia na sociedade uma pessoa desempregada não é bem-vista*. Em outras palavras, é a carteira assinada que lhes dá segurança e dignidade.

Essa representação simbólica faz com que os trabalhadores se sintam seguros, pelas garantias dos serviços sociais existentes dentro das grandes e médias indústrias da Zona Franca de Manaus. Veja-se este depoimento: “Lá é bom porque o Distrito paga bem, tem carteira assinada e tem acesso até a Unimed, transporte. Trabalhando em outro canto, tem que pagar transporte” (LSV, 2000). No imaginário social dos trabalhadores, nas fábricas do DI “é lugar onde se tem mais direitos”. O desejo de retorno ocorre “por causa da estabilidade da carteira assinada e da certeza do pagamento no final do mês” (depoimento de uma ex-operadora, 2000).

A ausência de sistema público de proteção social eficaz obrigou aqueles setores do capital que são reconhecidamente estratégicos para o padrão do desenvolvimento brasileiro a criarem os *welfare* dentro das empresas. O *welfare* empresarial, existente nas grandes e médias indústrias da Zona Franca de Manaus, tornou-se atraente para os trabalhadores, pois o vínculo contratual implica ter

¹² Cf. a clássica discussão feita por SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

¹³ A crise energética brasileira vem afetando as indústrias da Zona Franca de Manaus. Nos últimos meses do ano foram demitidos 974 trabalhadores. *Jornal Gazeta Mercantil*, 26.7.2001.

acesso aos serviços sociais. Talvez por isso que Castel observa: “o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pela reação daqueles que não o têm” (CASTEL, 2000, p. 123).

Nesses termos a precarização é sempre identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social, e, portanto, sem direitos, inclusive o de aposentadoria.¹⁴ O fato de os trabalhadores desempregados não disporem de nenhuma garantia de renda assegurada pelo vínculo contratual, encontram-se ainda mais vulneráveis aos efeitos deletérios do mercado. Além disso, ao perderem o direito à sindicalização, não têm acesso às resoluções dos acordos coletivos e não podem ingressar no sistema de seguro-desemprego.

Os dados do Sistema Nacional de Emprego – SINE – Regional do Amazonas mostram que só no primeiro semestre de 1999, considerado o pior momento da Zona Franca de Manaus, quando o desemprego atingiu seu ápice, 41.945 trabalhadores recorreram ao seguro-desemprego. Entretanto, somente 40.136 conseguiram obter esse direito.

Com a perda do vínculo formal de trabalho, os trabalhadores ficaram impossibilitados de contribuir para a Previdência Social, haja vista que 100% dos entrevistados afirmaram que, se esta contribuição não for feita por meio do desconto em contracheque, o pagamento ao seguro social fica inviável. O trabalho precário, sem ganho fixo e sem contrato, impossibilita-os de contribuir mensalmente à Previdência Social.

Para aqueles que estão na informalidade não existem nenhum instrumento que seja capaz de impor a contribuição ao INSS. Os nossos informantes mostram que não têm como pagar, outros não sabem como contribuir, e os demais não confiam na capacidade do setor público gerenciar a verba pública. Por isso a *baixa na carteira* não significa somente as perdas dos direitos, mas também a da dignidade.

¹⁴ A exclusão do sistema previdenciário, possivelmente, é o grave problema decorrente da informalidade. As chances de aposentadoria são nulas, a não ser que isso ocorra por velhice cujo benefício gerado é de natureza assistencial e não contributiva.

Os sem-trabalho e sem-esperança. Somos todos inúteis?

Como se vê, a necessidade do vínculo formal garantido e materializado pela carteira assinada é uma realidade entre os trabalhadores da amostra, pois somente assim se sentem úteis. Para alguns *o trabalho dignifica o homem*. Isto significa afirmar que é por meio da carteira assinada que lhes é garantida a cidadania. Sem ela, os nossos informantes se sentem *sem direitos de cidadãos*.

Nesse sentido, a questão do desemprego é paradigmática, pois sem estatuto de trabalhador, os sem-emprego são confundidos com a figura do pobre, do desocupado, ou simplesmente da ociosidade e da vadiagem. Excluídos do mercado de trabalho, para alguns suas identidades não se completam, já que estão privados dessa espécie de acabamento simbólico que é a carteira de trabalho e que implica nos exercícios dos direitos e na prática da representação sindical (TELLES, 1991). A inserção no mercado formal de trabalho e, portanto, a carteira assinada é que constrói parâmetros de semelhança, identificação e reconhecimento, se possa afirmar: *somos trabalhadores*.

Os trabalhadores engajados no setor informal e que tiveram suas trajetórias de emprego regular com registro em carteira nas indústrias da Zona Franca, as atividades na informalidade, hoje, por mais constantes e persistentes que venham a se tornar, não são consideradas trabalho. “Quando estou trabalhando, me sinto tão orgulhosa, pés no chão, me sinto uma brasileira, mas desempregada, não tem para onde correr” (depoimento de uma operadora, 2000). A carteira assinada, que assegura e prescreve o acesso aos direitos sociais e seu direito a existir socialmente, a ser reconhecido como cidadão, é a prova de ser um trabalhador responsável como uma trajetória ocupacional identificável em seus registros e cumpridor de seus deveres. Caso contrário, o trabalhador se sente: “discriminado, marginalizado, parece que a pessoa é um vagabundo. É difícil conviver com isso” (depoimento de um ex-operador, 2000).

Aqueles que são considerados *velhos* pelo capital, sofrem a provação da precariedade profissional que é efetivamente mais dolorosa quando ela atinge indivíduos no coração do trabalho, muitos deles com 30 anos de vida. Veja um depoimento: “inútil, porque saio à procura de trabalho e não tem, e quando tem,

não aceitam por causa da idade, então me sinto inútil. Um Zé-ninguém. Já tive a ponto de fazer besteira, pois sem trabalho não sou ninguém, é um desespero andar atrás de trabalho e não encontrar nada, ser sustentado pelos vizinhos” (depoimento de um ex-operador, 2000).

Alguns desses trabalhadores entrevistados não têm mais nenhuma esperança de sair da condição de desempregado. Essas pessoas começam a ter o sentimento de que são inúteis à sociedade e perderam o sentido de suas vidas.

Conclusão

No início de abril do ano 2001, a Secretaria de Trabalho do Estado Amazonas – SETRABS, registrou a ocorrência de 9.502 demissões somente no primeiro trimestre. Acresça, ainda, a demissão de 974 trabalhadores recentemente, decorrentes, naquele momento, da crise enérgica que vem afetando sobremaneira a indústria brasileira. Em outros termos, o desemprego voltou a crescer neste início de século na Zona Franca de Manaus.¹⁵

Neste cenário, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Eletroeletrônicas afirmou que *entrou máquina, sai trabalhador, é trabalhador na rua*. A despeito disso, Marx havia observado que no futuro o capitalismo iria orientar-se para a mais-valia relativa e que o capital se utilizaria do trabalho humano de forma intensiva, agora, com base em ciência e tecnologia que permitiria produzir mais e melhor. Esta antevisão marxista é impressionante, pela sua atualidade interpretativa do capitalismo contemporâneo; a mais-valia absoluta não perduraria como estratégia básica de exploração capitalista (1975, p. 585).

Na contemporaneidade, as mutações nos processos produtivos, como vimos, estão a indicar que a exploração capitalista ocorre com a captura da inteligência do trabalhador, muito mais do que a sua força física. A sujeição do trabalho à lógica

¹⁵ Em face do aumento de demissões nos primeiros meses do ano, o governo do Estado mandou um projeto de lei ao Legislativo que estabelece normas para demissão dos trabalhadores do pólo industrial de Manaus. O secretário de Desenvolvimento Econômico argumentou que muitas empresas possuem uma massa salarial de 0,8 do seu faturamento total, incluindo o salário e os benefícios dos empregados. Para ele, é necessário que as empresas justifiquem porque esse índice de 0,8% do faturamento justifica as demissões. Jornal Amazonas Em Tempo. Economia. A 5, 12.7.2001.

do capital ocorre num tempo histórico configurado pela intensidade do conhecimento como condição fulcral da produtividade capitalista.

Marx já afirmara: “o capital tem, pois, o instinto imanente e a tendência permanente de aumentar a força produtiva para diminuir o preço das mercadorias e em consequência o do próprio operário” (1975, p. 586). Ao lançar mão de meios científicos e tecnológicos para o aperfeiçoamento das condições de produtividade, o capital impõe que a força de trabalho produza mais e melhor de acordo com a regras da competitividade em escala planetária.

As mutações que ocorreram e estão a ocorrer no chão da fábrica, excluindo milhares de trabalhadores do processo produtivo na Zona Franca de Manaus, são apenas um caso singular no mundo capitalista – muito interessante de ser estudado – das necessidades da economia global, que nas décadas de 60 e 70 do século passado utilizaram-se da estratégia capitalista das zonas de enclaves para onde se transportaram modos de organização da produção e circulação da mercadoria compatíveis técnica e socialmente com a nova divisão internacional do trabalho.

A Zona Franca de Manaus, como toda a estratégia capitalista, sempre foi, intrinsecamente, excludente. Mesmo nos seus *anos dourados*, nas décadas de 70 e 80, estima-se que 48% de PEA encontravam-se na informalidade, portanto, o desemprego, o trabalho precário e a exclusão não se constituem uma novidade histórica na cidade de Manaus.

Entretanto, a automação e a crise na economia brasileira nos anos 90 provocaram demissões em massa e o aumento exacerbado do desemprego e do trabalho precário. As necessidades de valorização do capital são postas de forma explícitas pelo superintendente da Zona Franca de Manaus:

O pólo industrial de Manaus está definitivamente inserido no processo de globalização. Aos 33 anos, a Zona Franca e a SUFRAMA orgulham-se de possuir um parque industrial com níveis internacionais de preço e qualidade, tão com o aumento da oferta de emprego. Mas para que isso acontecesse, as empresas aqui instaladas enfrentaram um período de transição doloroso, de consequências severas, que exigiu sacrifícios, principalmente do

trabalhador amazonense, que viu a oferta de emprego cair pela metade passando de 90 mil para os atuais 45 mil (Grifos nossos).¹⁶

As palavras do superintendente da Zona Franca de Manaus são reveladoras. pois (...) *o movimento do capital é insaciável*, diria Marx (1975, p. 316). O faturamento das indústrias do Distrito Industrial em 1988 contabilizou US\$ 5.098.581.585; em 1995 chegou em torno de US\$ 11.766.561.527; e em 2000 US\$ 10.291.961.410. Pode-se inferir que as indústrias cada vez mais faturam e cada vez mais absorvem menos trabalhadores. A queda da participação dos custos com pessoal pode ser o indicador que as indústrias da Zona Franca de Manaus estão inseridas no mercado mundial ultracompetitivo. Como afirma o economista Rodemark Castelo Branco, esse processo “não é uma tendência, é uma necessidade imposta pelo mercado internacional” (A CRÍTICA, 2001).

A chamada crise da economia regional, que vem impulsionando o desemprego no Distrito Industrial, é apenas uma expressão local de repercussão das crises de expansão e reajuste da economia global. Nas palavras de Chesnais, “o movimento da mundialização é excludente” (1996, p. 33-36). No novo cenário mundial, os desempregados, subproletarizados que reconfiguram a cidade de Manaus, dificilmente voltarão ao processo produtivo. Esses trabalhadores excluídos parecem não ter lugar na história, pois não têm qualificação e nem idade para adequar-se ao progresso contemporâneo. Vivendo de bico, na condição de *inempregáveis*, transitam na informalidade de um lado para o outro, na incerteza e na descontinuidade. Alguns peregrinam pelas largas avenidas do Distrito Industrial na esperança de obter um trabalho com carteira assinada. Outros reconhecem que dificilmente voltarão ao chão da fábrica. Esses trabalhadores estão fora do limiar da trama representativa, não se constituem plenamente como cidadãos e não se singularizam como sujeitos direitos. Eles se tornaram dispensáveis à modernidade brasileira e amazonense em particular.

¹⁶ Entrevista com o superintendente da Zona Franca de Manaus, Sr. Antônio S.Melo no, Jornal “Amazonas em Tempo”. 27.2.2000.

Referências

ALONSO, Luis Henrique. *Trabajo y ciudadanía: Estudios sobre la crisis da sociedad salarial*. Madrid: Editorial Trotta, 1999.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

CASTELL, Robert. *As metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHESNAIS, François. *Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CACCIAMALI, Maria C. Globalização, informalidade e mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA-ANPEC, 27., Belém. 7 a 10 de dezembro de 1999. *Anais...* Belém: [s. n.], 1999.

DEPRÉS, Leo. Manaus Social Life and Work. In: *Brasil's free Trade Zone*. State University of New York Press, 1991.

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAUTIER, Bruno; MORICE, Alain (Ed.). *L'Etat et L'informal*. Paris: Ed. L'Harmattan, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. "Globalização e Mundo do Trabalho". *Cadernos de debates*, São Paulo, n. 1, 2000.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres. Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1996.

MARX, Karl. *O capital – Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro. vol. II.

MINGIONE, Enzo. Sector informal y estrategias de sobrevivencia: hipótesis para el desarrollo de un campo de indagación. In: MILLÁN, René (Comp.). *Solidariedad y producción informal de recursos*. México. DF: UNAM, 1994.

NOGUEIRA, Marinez. *Reestruturação produtiva e relações de trabalho: um olhar para a indústria da Zona Franca de Manaus*. Dissertação (Mestrado) Ciências Sociais. UFRN, 1998.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. *Mercado de Trabalho e Gestão de Mão-de-Obra na Zona Franca de Manaus*. Campinas: SUFRAMA/FECAMP/UNICAMP, 1996.

SCHERER, Elenise. *Os Excluídos da Produção Enxuta na Zona Franca de Manaus: um estudo sobre o desemprego e trabalho precário nos anos 90*. Relatório de Pesquisa/CNPq, 2001.

TELLES, Vera da S. Questão social, afinal do que se trata? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 4, 1996.

VALLE, Maria Isabel de M. *Globalização e Reestruturação Produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus*. Tese (Doutorado) Ciências Humanas, UFRJ, 2000.

VVAA. *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores na cidade de São Paulo*: Fundação Perseu Abramo/CUT, 2000.

